



## Senadores reagem a denúncias de espionagem no Brasil

Waldemir Barreto/Agência Senado



Renan Calheiros (E) conversa com Aloysio Nunes Ferreira e Ana Amélia: denúncia de espionagem repercutiu no Senado

Parlamentares cobram do governo explicações sobre reportagem que afirma que agentes dos Estados Unidos espionaram telefonemas e e-mails de brasileiros; na avaliação de Renan, prática é "inaceitável" e "indevida"

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Congresso Nacional vai investigar as denúncias de que espiões dos Estados Unidos monitoraram conversas telefônicas e correspondências eletrônicas de brasileiros. O caso foi noticiado pelo jornal *O Globo*, com base em informações vazadas por Edward Snowden, ex-funcionário da Agência

de Segurança Nacional americana. A Comissão de Relações Exteriores decidirá hoje se chamará o embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, e o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, a dar explicações. Senadores subiram à tribuna para dizer que se trata de uma afronta à soberania nacional e que o governo brasileiro precisa apurar e reagir com rigor. **3**

**Plenário faz homenagem a Marighella, vítima da ditadura **2****

**Analistas criticam modelo de investimento em aeroportos **7****

**Debate aponta atualidade de encíclica papal dos anos 60 **6****



Representantes dos papiloscopistas comemoram com a relatora, Lúcia Vânia, e o senador Gim (D) a aprovação do texto

### Papiloscopistas se tornam peritos oficiais

Plenário do Senado aprovou ontem texto original da Casa que reconhece papiloscopistas como peritos oficiais, já que o substitutivo da Câmara foi rejeitado

pela relatora, Lúcia Vânia, após acordo durante a votação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça. Projeto segue agora para sanção. **8**

**Jurista critica desrespeito a contratos na gestão pública **6****

**Criação da carreira de médico de Estado pode ser votada este mês **8****

**DataSenado confirma dados da CPI da Violência contra a Mulher **2****

### especial Cidadania

## Parceria com jovens gera projetos de lei no Senado

O Senado estimula a participação dos jovens na produção legislativa com o Projeto Jovem Senador, que anualmente reúne no Senado 27 estudantes do ensino médio de escolas

públicas — um de cada estado, além do DF. Das sugestões apresentadas por eles, 16 já se tornaram projetos de lei que estão sendo analisados nas comissões da Casa. **4 e 5**

Nathaly Moço (PR), Danilo dos Santos (BA), André de Castro (RS) e Ana Nascimento (AC) formam a Mesa do Senado Jovem em 2012



Genaldio Magalhães/Agência Senado



# Senadores prestam homenagem a Marighella

Militante comunista foi morto pela ditadura em 1969. Numa cerimônia que contou com a presença do filho do homenageado, parlamentares lembraram a ideologia e a luta dele contra o regime militar

MILITANTE COMUNISTA, DEPUTADO federal do antigo PCB e fundador da Aliança Libertadora Nacional (ALN) durante o regime militar, Carlos Marighella (1911-1969) foi homenageado ontem pelo Senado. A cerimônia foi feita a pedido de João Capiberibe (PSB-AP), que também foi integrante da ALN.

— São raras as oportunidades de conhecer, de fato, o político Carlos Marighella, o lutador social — afirmou Capiberibe, acrescentando que é importante que os jovens entendam que a democracia “custou enormes sacrifícios, custou vidas”.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) mencionou a atuação parlamentar de Marighella durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Segundo o senador, o líder se sobressaiu como defensor da democracia e dos direitos do povo, sendo cotidianamente afrontado pelos mais reacionários.

Lídice da Mata (PSB-BA) recordou a longa ligação que Marighella teve com o PCB, até romper com o partido em 1967, quando fundou a ALN para promover a luta armada contra a ditadura.

— Capturar Marighella vivo ou morto tornou-se, então, uma questão de honra para o



João Capiberibe (C) conduz sessão em que se destacou a trajetória do político

regime militar — afirmou a senadora, lembrando que ele foi torturado diversas vezes desde o governo de Getúlio Vargas.

Segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Marighella “não padeceria do exílio, ao contrário de várias pessoas que sofreram com as ditaduras”:

— Ele sempre optou pela resistência no Brasil.

Cristovam Buarque (PDT-DF) citou o relato de que Marighella doava 92% do salário ao PCB e que, quando concluiu que o país não iria fazer as mudanças que julgava necessárias por meio de ações legais, optou pela clandestinidade e pela luta armada.

— Ele levou às últimas consequências a luta por seus sonhos — afirmou.

O senador disse acreditar que, se estivesse vivo,

Marighella defenderia a ética na política e no uso dos recursos públicos. Para Cristovam, há hoje uma corrupção nas prioridades, “que muitos não percebem”, como a prioridade do automóvel privado sobre o transporte público.

— Ele não faria mais guerrilha como naqueles tempos, mas hoje estaria ao lado desses meninos e meninas que fazem uma guerrilha cibernética para mudar o Brasil.

Participaram da cerimônia o filho do homenageado, Carlos Augusto Marighella, e o filho de João Capiberibe, Camilo Capiberibe, governador do Amapá.

No ano passado, quase um ano após o centenário de nascimento de Marighella, o governo concedeu-lhe a anistia política pós-morte. Ele foi morto pela ditadura em 1969.

## Renan Calheiros apoia pedido de informações sobre voos da FAB

Renan Calheiros leu em Plenário requerimento de Aloysio Nunes (PSDB-SP) que pede esclarecimentos ao ministro da Defesa sobre transporte de autoridades em aeronaves da

Força Aérea Brasileira (FAB). Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi indicado relator.

— Quero, de pronto, dizer que defendo e apoio a aprovação do requerimento — disse.

## Jucá inclui em texto das domésticas artigo sobre violência contra mulher

Mais uma emenda ao projeto que regulamenta direitos dos trabalhadores domésticos (PLS 224/2013 — Complementar) foi aceita pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A emenda admite como mais uma possibilidade de rescisão do contrato de trabalho por culpa do empregador (justa causa patronal) a prática de qualquer uma das formas

de violência doméstica ou familiar contra mulheres relacionadas na Lei Maria da Penha. O dispositivo foi sugerido por Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Jucá aproveitou uma emenda de José Agripino (DEM-RN) e outra de Aloysio Nunes (PSDB-SP) e também propôs mais três emendas.

O novo relatório de Jucá deverá ser discutido e votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO TRF 6ª Região

14h Última discussão, em primeiro turno, do projeto que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Manaus.

### PRESIDÊNCIA Prefeitos

9h30 Marcha em Defesa dos Municípios. Às 12h, secretário de Saúde de Igaci (AL). Às 14h, prefeitos de Alagoas. Às 15h, eleição da Mesa da Subcomissão de Assuntos Municipais. Às 15h45, senadores, presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e representantes das centrais sindicais. Às 16h, ordem do dia.

### CMA Arborização urbana

8h30 Projeto que altera a lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o que analisa o Estatuto da Cidade no que diz respeito à arborização urbana.

### CCT Frequência de 700 MHz

9h Audiência com interatividade, pelo Portal e-Cidadania, para debater o tema “Destinação e licitação da faixa de 700 MHz”.

### CAE Descendentes de escravos

10h Projeto que cria a Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil e texto sobre participação popular no orçamento.

### CCJ Conselho Nacional de Justiça

11h Indicações de Wellington Cabral Saraiva e Ana Maria Duarte Amarante Brito para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### CE Dia de Atenção à Dislexia

11h Pauta com 53 itens, entre eles, projeto que trata do Dia Nacional de Atenção à Dislexia e o que institui o dia 4 de outubro como o Dia Nacional do Agente de Combate às Endemias.

### CDH Combate à tortura

14h A Comissão de Direitos Humanos institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

### CRE Integração na América do Sul

14h Com a presença do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a comissão realiza audiência para instruir projetos que concedem benefícios a propostas que favoreçam a integração regional na América do Sul.

### CTRCP Reforma do Código Penal

14h30 A Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro promove audiência para discutir a responsabilidade penal da pessoa jurídica e crimes contra interesses metaindividuais.

### CAEAM Assuntos municipais

15h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da subcomissão permanente de assuntos municipais para o biênio 2013-2014.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## DataSenado ouve mulheres sobre violência doméstica

Uma pesquisa do DataSenado confirma as principais conclusões da CPI da Violência contra a Mulher, encerrada na semana passada. Segundo a comissão do Congresso,

brasileiras continuam sendo espancadas e mortas porque o poder público não põe em prática todos os mecanismos de proteção e punição previstos na Lei Maria da Penha.

Das mulheres ouvidas pelo DataSenado, 30% dizem acreditar que as leis do país não são capazes de protegê-las da violência doméstica. Para 23,3%, muitas vítimas não denunciam os companheiros à polícia por prever que eles não serão punidos.

Segundo o relatório da CPI, aprovado na quinta-feira passada, o Brasil tem pouquíssimas delegacias da mulher (19 por estado, em média) e ainda menos juizados de violência doméstica (3 por estado).

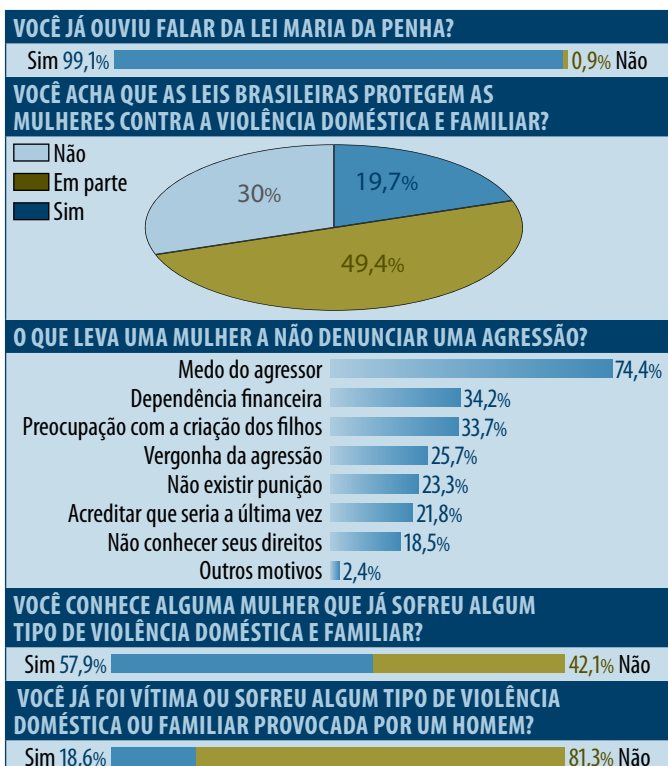
Das mulheres entrevistadas, 18,6% afirmaram já ter sido vítimas de violência doméstica. Em resposta à última agressão, uma parcela expressiva delas (20,7%) nunca procurou ajuda nem denunciou o agressor.

O DataSenado ouviu, por telefone, 1.248 mulheres de todos os estados entre 18 de fevereiro e 4 de março.

O relatório da CPI foi feito pela senadora Ana Rita (PT-ES).

### As brasileiras e a Lei Maria Penha

O que mostrou a pesquisa DataSenado realizada neste ano sobre a violência doméstica e familiar



Fonte: DataSenado/Secretaria da Transparência

O **Jornal do Senado** explica o tema: [www.senado.leg.br/mariadapenha](http://www.senado.leg.br/mariadapenha)  
A íntegra da pesquisa DataSenado: <http://bit.ly/pesquisaMulher>

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Reportagem afirmou que EUA monitoraram e-mails e telefonemas de brasileiros. Segundo presidente do Senado, é obrigação do Parlamento exigir explicação dos envolvidos

# Renan: Congresso investigará denúncia de espionagem americana no Brasil

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, classificou de “inaceitável e indevida” a monitoração de dados que teria sido feita pelos Estados Unidos no Brasil, de acordo com uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo* com base em documentos vazados pelo ex-funcionário da agência de informações americana Edward Snowden.

Para Renan, que divulgou uma nota oficial sobre o tema, é obrigação do Congresso “averiguar a veracidade” das denúncias, ao mesmo tempo em que o governo deve exigir explicação dos envolvidos.

De acordo com Renan, o Congresso vai ajudar na elucidação dos fatos, por meio da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência,



Renan Calheiros diz que o Congresso está empenhado em esclarecer denúncias

que tem o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) como presidente e o senador Ricardo

Ferraço (PMDB-ES) como vice. Ele afirmou que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional do Senado (CRE), presidida por Ferraço, já começou a agir, com a convocação de autoridades como o embaixador americano, Thomas Shannon, e o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

— O Brasil precisa saber o que aconteceu exatamente, sem distorções e sem truques. Isso é muito importante para o país — afirmou.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que foi o primeiro parlamentar brasileiro a denunciar, no início da década de 90, um acordo de cooperação entre os EUA e a Inglaterra que teria vinculação com espionagem. Para Pinheiro, o debate deve envolver organismos internacionais, para coibir e “punir duramente” os que têm praticado espionagem.

## Nota oficial

Leia a nota da Presidência do Senado sobre o caso

*As informações divulgadas sobre possível espionagem de comunicação de cidadãos brasileiros são graves, preocupantes e devem ser investigadas em profundidade. Ao Congresso Nacional cabe averiguar a veracidade das informações e exigir as explicações das autoridades.*

*O Congresso Nacional conta com a Comissão de Controle de Atividades de Inteligência, criada em 1999, pela Lei 9.883. A comissão, atualmente, é presidida pelo deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) e tem como vice-presidente o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).*

*No trabalho de investigação, a Comissão de Relações Exteriores também deve colaborar no sentido de esclarecer ao Brasil todo o ocorrido. A Presidência do Congresso Nacional está à disposição destes colegiados para colaborar e agir no que for preciso a fim de um esclarecimento cabal.*

## Comissão deve convidar embaixador dos EUA e ministros para explicar o caso

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), incluirá na pauta de hoje requerimentos para que o embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, e o ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, apresentem aos senadores explicações sobre a existência de uma base norte-americana de espionagem por satélite em Brasília.

Segundo reportagem do jornal *O Globo*, documentos vazados pelo ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA) Edward Snowden apontam que equipes da agência e da CIA trabalharam em conjunto em Brasília para monitorar comunicações



Ricardo Ferraço



Aloysio Nunes

eletrônicas e telefônicas dos brasileiros. Um requerimento de Ferraço convida também o ministro José Elito Siqueira, do Gabinete de Segurança Institucional; o ministro da Defesa, Celso Amorim; o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; e o jornalista Glenn Greenwald, do jornal inglês *The Guardian*, que recebeu os documentos secretos de Snowden.

— A notícia é gravíssima e extremamente preocupante. Precisamos verificar com cuidado os documentos revelados no final de semana — afirmou.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) apresentou requerimento com o mesmo objetivo e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que protocolará pedido semelhante.

## Senadores reagem às supostas ações do governo americano e cobram providências

Na presidência da sessão do Plenário ontem, Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou indignação com a suposta espionagem que o governo dos Estados Unidos teria realizado no Brasil, segundo o jornal *O Globo*, e cobrou da CRE providências imediatas em relação às denúncias.

— O fato é absolutamente grave e exige resposta imediata do governo e, especialmente, do Parlamento brasileiro — afirmou.

Inácio chegou a sugerir a criação de CPI para investigar o caso. Ele destacou que nem o Estado brasileiro tem autoridade para “bisbilhotar” a vida dos brasileiros sem o devido procedimento legal e classificou o incidente

como inadmissível.

Rubem Figueiró (PSDB-MS) lamentou o ocorrido e disse que as possíveis alegações do governo americano não se justificam. Segundo ele, a ação dos EUA interfere na soberania do Brasil e fere as relações diplomáticas e de amizade entre os países.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), os fatos são “gravíssimos”. Ele classificou a atuação americana como “ultraje” e “insulto”. Disse esperar que o embaixador americano seja chamado pela presidente Dilma a dar explicações.

Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu que o Brasil dê asilo ao ex-agente Edward Snowden, para, assim, ter maior conhecimento sobre o episódio.



Inácio Arruda



Randolfe Rodrigues

## Suplicy defende asilo para Edward Snowden no Brasil



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a concessão de asilo pelo governo brasileiro a Edward Snowden.

— Considero adequado que se conceda asilo a Edward Snowden, que foi o responsável pela revelação desse procedimento do governo norte-americano com respeito à violação de direitos de cidadãos brasileiros — disse.

Segundo o senador, é preciso aprimorar a legislação para garantir o sigilo de dados na internet, além de reforçar a segurança cibernética.

## Para Alvaro, Brasil deveria acolher o ex-agente da NSA



Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) sugere que o Brasil dê asilo diplomático a Edward Snowden, americano que

denunciou o esquema de espionagem dos Estados Unidos:

— Parece que o governo brasileiro é generoso para dar abrigo a estrangeiros, como [fez com o italiano Cesare] Battisti. Poderia também ser generoso agora, oferecendo abrigo a esse cidadão norte-americano. Ele certamente poderia ser útil para descobrir os mistérios desta arapongagem internacional.

## Rolleberg pede medidas duras contra atos dos EUA



Rodrigo Rolleberg

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) cobrou “providências e responsabilizações” sobre a notícia de que o Brasil foi alvo

de espionagem por parte dos Estados Unidos. Ele pediu punição “com todo o rigor”, caso se comprove a participação de empresas brasileiras ou estrangeiras que atuam no Brasil.

— Uma intromissão de tal porte, disfarçada, constituiu-se numa ofensa desmedida contra um país que sempre se mostrou um amigo, um aliado pronto a colaborar para o alcance de objetivos comuns.

## Ana Amélia exige “atitude enérgica” ante denúncias



Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) exigiu providências do governo contra o que classificou como “interferência indevida

na própria soberania nacional”. Para ela, a ocorrência de espionagem demanda uma “atitude pública enérgica”.

— Não é apenas uma questão da relação bilateral. Isso é muito sério para o mundo, para o planeta, para a segurança e para a privacidade de qualquer cidadão no Brasil e no mundo.

A senadora também destacou o papel da imprensa livre na divulgação dos fatos.

## Lindbergh quer saber se governo autorizou base em Brasília



Lindbergh Farias

Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou um requerimento para que o governo brasileiro esclareça se autorizou

a atuação de membros da espionagem americana em Brasília.

— Só existiam duas bases [de espionagem] no mundo: Brasília e Nova Délhi. O governo brasileiro precisa explicar se autorizou [a espionagem] e em que momento foi e se [os espões americanos da CIA e da NSA] continuam aqui agindo com seu consentimento — afirmou o senador.



Senadores vêm examinando propostas de estudantes que anualmente são selecionados em cada estado para exercer mandato de jovens senadores, antes mesmo da definição de votações prioritárias no Congresso depois das manifestações nas ruas de todo o país

# Projetos de lei criados por jovens avançam no Senado

Marcio Maturana

O ESTUDANTE WALLACY Ronan Souza Santos tem 18 anos e, como milhares de jovens de Sergipe e de todo o Brasil, participou das recentes manifestações nas ruas que resultaram na redução das passagens de ônibus e contribuíram para a pauta prioritária que está sendo discutida no Congresso: corrupção como crime hediondo, fim do voto secreto no Parlamento, ficha limpa para servidores públicos, fim da PEC 37 (que tira poder de investigação do Ministério Público) e outras propostas. Mas Wallacy já foi ouvido pelo Congresso antes: em 2011, participou do Projeto Jovem Senador e apresentou uma sugestão (SUG 11/2011) que já foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e agora aguarda designação de relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A sugestão de Wallacy, transformada no Projeto de Lei do Senado (PLS) 235/2013, torna obrigatório o ensino de língua estrangeira a partir do 4º ano do ensino fundamental (antiga 3ª série).

— Tive a ideia do meu projeto conversando com meu irmão sobre a deficiência de aprender um idioma ao começarmos apenas no 6º ano. Sabemos que criança absorve conteúdo com facilidade e, começando cedo, o



Paulo Davim e a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, observam o trabalho dos jovens senadores Rodrigo Sá (PI) e Bruna Gontijo (MG), em 2012

estudante terá mais tempo de contato com a nova língua — explica Wallacy. O Projeto Jovem Senador acontece todo ano, desde 2011, reunindo no Senado 27 estudantes — um de cada estado brasileiro mais o Distrito Federal — com até 19 anos de idade e que cursam o ensino médio em escolas públicas estaduais. Eles são selecionados por um concurso de redação e durante três dias exercem mandato no Senado, onde podem apresentar propostas, discuti-las e votá-las. As sugestões são encaminhadas à CDH e, se aprovadas, passam a tramitar como os demais projetos de lei. O Senado já recebeu 27

propostas apresentadas pelos jovens senadores, sendo que 16 já viraram projetos de lei em tramitação porque foram aprovadas na CDH e seguiram para outras comissões referentes ao tema tratado.

## Ideias pertinentes

Segundo a senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, os projetos dos jovens raramente são rejeitados porque são pertinentes.

— E o programa é muito importante por dois motivos: aproxima o Senado da sociedade, em particular da juventude, e abre mais um canal para o cidadão apresentar projetos de lei — disse Ana Rita.

Boa parte dos projetos

dos jovens senadores tratam de educação, até porque é esse o ambiente social mais vivido por eles, permitindo a constatação de problemas e de oportunidades para melhorar. Mas há também projetos que tratam de segurança pública, por exemplo. Esse é o caso da sugestão feita pelo estudante Alex Uilian Almeida de Alencar, que em 2011 representou o Acre no Senado. Ele propôs a valorização dos profissionais de segurança pública, para garantir melhores salários e condições de trabalho.

— Tenho pai e tio que são policiais militares. Sempre os vi correrem muitos riscos sem serem valorizados. Preparei o

projeto em casa, 15 dias antes de ir cumprir o mandato de jovem senador em Brasília, com orientação técnica do Senado e supervisão de um professor de português da escola. Alex participou da primeira edição do projeto, quando os 27 jovens senadores apresentaram 21 sugestões. Na edição seguinte, em 2012, foram apresentadas seis sugestões. A quantidade menor não se deve a uma baixa produção dos estudantes, mas a um aprimoramento do trabalho legislativo deles nos três dias de mandato, como explicou a consultora legislativa Luciana Studart Andrade.

— Na primeira edição, como havia muitas

propostas, não houve tempo de elas serem suficientemente discutidas. Mas em 2012 houve um debate mais aprofundado dos jovens senadores nas comissões. Isso gerou propostas mais amadurecidas, com até cinco autores — afirmou a consultora.

## Marcha do Vinagre

A participação direta da juventude na produção legislativa por meio do Projeto Jovem Senador recebe apoio de quem ajudou a organizar os protestos que tomaram as ruas do país. A iniciativa é elogiada por Georgiana Calimeris — uma das organizadoras da Marcha do Vinagre, que, após a manifestação em Brasília no dia 26,

participou de reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Conheço um adolescente que participou do Projeto Jovem Senador. É uma ação linda, deixar que o estudante do interior do Brasil, ou do morro, apresente diretamente um projeto de lei. A grande questão é: se a ideia deles virar lei, todos vão ter que cumprir? Ou vai ter alguém que vai dar aquele “jeitinho brasileiro”? — questiona a manifestante.

Georgiana Calimeris, que despertou político dos jovens não arrefeceu com a redução da quantidade de manifestações nas ruas e pode se desenvolver com uma mudança na educação comportamental.

— Mesmo sem marchas, podemos praticar a nova consciência política no dia a dia: sem furar fila, sem estacionar em fila dupla, sem ocupar vaga de deficientes. Estamos vendo essa consciência maior na juventude. Vai além de quem ia às manifestações só pela modinha, só para postar fotos do tipo “ei, mamãe, olha eu no instagram”.

As manifestações são legítimas e democráticas, mas é preciso ter em mente que elas não substituem as instituições, na opinião de Paulo Davim (PV-RN), presidente da Comissão do Projeto Jovem Senador — Quando a sociedade vai às ruas e determina a pauta do Legislativo,

não pega o Senado de surpresa. O Projeto Jovem Senador é uma prova de que já temos esse foco, já buscamos a participação da juventude nos debates para melhorar o Brasil.

Como presidente da comissão durante dois anos seguidos — 2012 e 2013 —, Davim acompanha o trabalho dos jovens senadores e participa de solenidades como a posse. Ele acredita que o projeto ajuda a criar uma consciência sobre a importância das discussões nacionais e do trabalho legislativo.

— O anseio da juventude de participar da dinâmica política do país é salutar para a própria juventude, para a política e para a democracia.



Nos protestos em junho, uma das reivindicações foi a extinção do voto secreto no Congresso, que está pronta para votação no Plenário do Senado

## Inscrições para a edição 2013 do concurso terminam em 23 de agosto

As inscrições para o Concurso de Redação 2013 estão abertas até 23 de agosto, data final para envio da redação selecionada pela escola à secretaria estadual de Educação. O tema deste ano é “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação”. O assunto — que tem tudo a ver com as recentes manifestações e com o próprio Projeto Jovem Senador — é trabalhado em aula pelas escolas com os alunos antes que entreguem os textos. No ano passado, o tema do concurso foi “Meu município, meu Brasil”.

Cada secretaria estadual de Educação seleciona a melhor redação entre as enviadas

pelas escolas e a remete ao Senado, onde a comissão julgadora classifica os finalistas. Os três primeiros colocados ganham troféus e todos os 27 jovens senadores ganham notebooks e medalhas. As escolas também ganham prêmios, como computadores desktop para estudo e kits com materiais. Escolas técnicas, desde as estaduais, também podem participar.

O mandato dos jovens senadores, sempre em novembro, dura três dias e começa com a posse e a eleição da Mesa (presidente, vice-presidente,

primeiro-secretário e segundo-secretário), seguida pela formação de três comissões temáticas para discutir as propostas, com alguns estudantes atuando como relatores. Eles recebem assistência técnica de consultores legislativos do Senado para apresentar sugestões de projetos de lei. A comissão de senadores do Projeto Jovem Senador também acompanha os trabalhos e participa de solenidades, como a posse. O mandato termina com a aprovação das sugestões de projetos e a consequente publicação

de uma iniciativa Coordenação de Relações Públicas e da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

De 2008 a 2010, houve apenas o concurso de redação. Em 2011 — quando participaram cerca de 18 mil escolas e 320 mil alunos —, os 27 finalistas passaram a exercer o mandato, em Brasília. As sugestões apresentadas pelos estudantes que participaram da edição de 2012 ainda não chegaram a se transformar em projetos de lei.

O Projeto Jovem Senador é uma iniciativa Coordenação de Relações Públicas e da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

## Nova forma de interação se soma ao e-Cidadania e ao Alô Senado

Na quinta-feira, o Senado aprovou uma nova maneira de a população participar diretamente da produção legislativa. De acordo com o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 47/2013, o cidadão poderá manifestar, pela página do Senado na internet, apoio ou discordância em relação a qualquer projeto de lei na Casa. O texto foi aprovado em meio ao esforço dos senadores para votar iniciativas que respondam aos protestos das últimas semanas.

Para registrar opinião sobre algum projeto em tramitação, bastará preencher um cadastro virtual com dados pessoais. A página on-line do Senado deverá exibir o

número de manifestações favoráveis e contrárias. Para entrar em vigor, o projeto aguarda apenas promulgação. A ideia foi apresentada em 2010 pelo ex-senador Raimundo Colombo e relatada por Luiz Henrique (PMDB-SC) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com elogios de Casildo Maldaner (PMDB-SC), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— Esta proposta traz mais um mecanismo de participação direta do cidadão. Nada mais adequado ao clamor que

tem vindo das ruas — afirmou Randolfe. Atualmente, além do Projeto Jovem Senador, existem duas formas de participação popular no processo legislativo do Senado.

Por meio do Portal e-Cidadania ([www.senado.gov.br/ecidadania](http://www.senado.gov.br/ecidadania)), no ar desde 2012, qualquer pessoa cadastrada pode criar uma espécie de projeto de lei, que pode receber apoio de outros internautas. A área técnica do Senado analisa as propostas e encaminha as que são consideradas constitucionais para a CDH.

Outro mecanismo é o Alô Senado ([www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado) ou 0800 612211), onde os cidadãos podem responder a enquetes e participar de audiências públicas. Parte das opiniões emitidas é levada para a mesa de discussão durante a audiência. O Alô Senado também pode ser acessado pelo Facebook ou pelo Twitter.

Além desses mecanismos, a Constituição permite que a população apresente projeto de iniciativa popular à Câmara dos Deputados. É necessária a assinatura de pelo menos 1% do eleitorado nacional (1,4 milhão de eleitores, segundo dados de 2012), distribuído por cinco estados.

## As propostas dos jovens senadores

▶ Já viraram projetos	
<b>2011</b>	<b>Sugestão 5/2011</b> (transformada na PEC 26/2012 pela CDH, aguarda parecer do relator, Vital do Rêgo, na CCJ) <b>Autor:</b> Alex Uilian Almeida de Alencar (AC) <b>Resumo:</b> Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e na instituição de programa de valorização e capacitação e de piso remuneratório para os servidores policiais.
<b>Sugestão 6/2011</b> (pronta para votação na CDH com parecer favorável do relator, Cristovam Buarque) <b>Autor:</b> Janaina Santana Vilela (GO) <b>Resumo:</b> Altera a Constituição Federal para valorizar o exercício do magistério e qualificar a ação dos professores das redes públicas de educação básica.	<b>Sugestão 20/2011</b> (aguarda parecer do relator, Paulo Davim, na CDH) <b>Autor:</b> Rodolfo Vieira Fontenele (PI) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para obrigar a contratação, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.
<b>Sugestão 7/2011</b> (arquivada, após parecer pela rejeição do relator, Aníbal Diniz) <b>Autor:</b> Natália Niele Gurgel Braga (RN) <b>Resumo:</b> Alterava a Constituição Federal para atribuir ao Estado a responsabilidade pela proteção da Floresta Amazônica e tornar crime inafiançável o dano à flora ou à fauna da região.	<b>Sugestão 21/2011</b> (transformada no PLS 183/2012 pela CDH, aguarda parecer do relator, Eduardo Braga, na CE) <b>Autor:</b> Jacqueline Kelly Canuto Silva (SP) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de realização, no ensino médio, de ciclos de debates sobre a realidade social e política.
<b>Sugestão 8/2011</b> (transformada no PLS 439/2012 pela CDH, aguarda designação de relator na CCJ) <b>Autor:</b> Wagner Ramon Ferreira (PR) <b>Resumo:</b> Proibe a utilização de sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais.	<b>Sugestão 22/2011</b> (transformada no PLS 468/2012 pela CDH, aguarda parecer do relator, Humberto Costa, na CAE) <b>Autor:</b> Matheus Oliveira Faria (MG) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a dedução de saldo devedor junto ao fundo pelo exercício de função pública.
<b>Sugestão 9/2011</b> (transformada no PLS 261/2012 pela CDH, aguarda parecer do relator, Eduardo Amorim, na CE) <b>Autor:</b> Samira Laís Paulino da Silva (PE) <b>Resumo:</b> Determina a inclusão da disciplina Princípios de Pedagogia no ensino médio.	<b>Sugestão 23/2011</b> (transformada no PLS 184/2012 pela CDH, aguarda votação na CE, com emendas e parecer favorável da relatora, Vanessa Grazziotin) <b>Autor:</b> Ivan Aquino de Araújo Brito (AL) <b>Resumo:</b> Modifica a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre os princípios orientadores do dever do Estado com a educação, a garantia de alocação de recursos orçamentários suficientes à consecução de padrão de qualidade do ensino.
<b>Sugestão 10/2011</b> (transformada no PLS 434/2012 pela CDH, aguarda parecer do relator, Eduardo Braga, na CE) <b>Autor:</b> Natália Ferreira Simões Cavalcante (RJ) <b>Resumo:</b> Toma obrigatória — em TV, rádio, TV por assinatura e cinema — a veiculação de mensagens de cunho educativo e cultural, bem como de conteúdo de utilidade pública.	<b>Sugestão 24/2011</b> (transformada no PLS 211/2012 pela CDH, aguarda parecer de Randolfe Rodrigues na CE) <b>Autor:</b> Jéssica Renata Gomes Perez (MS) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas.
<b>Sugestão 11/2011</b> (transformada no PLS 235/2013 pela CDH, aguarda designação de relator na CE) <b>Autor:</b> Wallacy Ronan Souza Santos (SE) <b>Resumo:</b> Toma obrigatório o ensino de língua estrangeira a partir do quarto ano do ensino fundamental.	<b>Sugestão 25/2011</b> (transformada no PLS 185/2012 pela CDH, aguarda votação na CE, com parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares) <b>Autor:</b> Adriele Henrique Souza (BA) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino.
<b>Sugestão 12/2011</b> (transformada no PLS 467/2012 pela CDH, aguarda votação na CE com substitutivo da relatora, Lúcia Vânia) <b>Autor:</b> Rafaela Fernanda de Souza e Silva (MT) <b>Resumo:</b> Determina que o sistema de ensino identifique estudantes de baixo rendimento e lhes dê plano de recuperação.	<b>2012</b>
<b>Sugestão 13/2011</b> (transformada no PLS 435/2012 pela CDH, aguarda parecer do relator, Inácio Arruda, na CE) <b>Autor:</b> Lucidécia de Sousa Santos (CE) <b>Resumo:</b> Insere entre as condicionais do Programa Bolsa Família a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação.	<b>Sugestão 1/2013</b> (em análise na CDH — relator: Aníbal Diniz) <b>Autores:</b> Ana Cristina Pinto do Nascimento (AC), Danilo do Amor Divino dos Santos (BA), Douglas Cristiane da Silva Frezza (SC) e Emanuella Silva de Oliveira (PA) <b>Resumo:</b> Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.
<b>Sugestão 14/2011</b> (aguarda parecer do relator, Magno Malta, na CDH) <b>Autor:</b> Silvia Adriany Almeida Barreto (PA) <b>Resumo:</b> Determina a inclusão, nos currículos dos ensinos fundamental e médio, do tema transversal cidadania.	<b>Sugestão 2/2013</b> (em análise na CDH — relator: Sérgio Petecão, depois de Cristovam Buarque) <b>Autores:</b> Nathally Andrade Moço (PR), Stefany Mamburá Rocha (RR), Jessyka Janyara de Almeida Gomes (AP), Lorenna Ribeiro Sardoire (MS) e André Giovane de Castro (RS) <b>Resumo:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da língua brasileira de sinais (Libras) no ensino básico.
<b>Sugestão 15/2011</b> (transformada no PLS 438/2012 pela CDH, aguarda parecer da relatora, Ângela Patella, na CE) <b>Autor:</b> George Breno dos Anjos Queiroz (TO) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a prevenção à violência nos estabelecimentos de ensino.	<b>Sugestão 3/2013</b> (pronta para votação na CDH com parecer favorável do relator, Eduardo Suplicy) <b>Autores:</b> Bruna Clemente Gontijo (MG), Jessyca Gabriela Soares dos Santos (RN), Jaqueline Cerqueira da Silva (SP) e Reigiane Alves da Silva Rodrigues (TO) <b>Resumo:</b> Cria o adicional de especialização e de desempenho para profissionais do magistério público da educação básica.
<b>Sugestão 16/2011</b> (transformada no PLS 236/2013 pela CDH, aguarda designação de relator na CAS) <b>Autor:</b> Fernanda Barbosa Maciel (AM) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, Instituto do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para dispor sobre a concessão de bolsa de qualificação profissional ao beneficiário do Programa Bolsa Família.	<b>Sugestão 4/2013</b> (em análise na CDH — relator: Ana Rita) <b>Autores:</b> Fernando Alef Ladislau Jádão (MA), Iara Gonçalves da Silva (PE), Karieli de Souza Silveira (RO), Layane Rayelly Silva Marinho (AL) e Naiany Rodrigues da Silva (AM) <b>Resumo:</b> Fixa diretrizes adicionais para a educação no Brasil.
<b>Sugestão 17/2011</b> (aguarda votação na CDH com parecer favorável do relator, Magno Malta) <b>Autor:</b> Carlos Vinícius do Carmo Araújo (DF) <b>Resumo:</b> Altera o Código Penal para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado.	<b>Sugestão 5/2013</b> (em análise na CDH — relator: Ricardo Ferraço) <b>Autores:</b> Angélica Mendes Antunes (RJ), Diêgo de Sousa Silva (PB), Brenna Bittencourt de Oliveira (DF) e Daniel Teodoro dos Santos Garcia (GO) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a implantação de laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas dos ensinos fundamental e médio.
<b>Sugestão 18/2011</b> (transformada no PLS 256/2012 pela CAS, aguarda parecer da relatora, Ana Rita, na CE) <b>Autor:</b> Thalys de Sousa Nascimento (RR) <b>Resumo:</b> Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a atribuição a educação pública básica e o ensino profissional.	<b>Sugestão 6/2013</b> (em análise na CDH — relator: João Capiberibe) <b>Autores:</b> Dizelem Mara da Silva Campos (MT), Edson Dionizio Santos Júnior (SE), Rodrigo de Brito Sá (PI), Wênica Gracia Oliveira (CE) <b>Resumo:</b> Dispõe sobre a assistência estudantil na educação superior.

**Saiba mais**

**Projeto Jovem Senador**  
[www.senado.gov.br/jovensensador](http://www.senado.gov.br/jovensensador)

**Como é o trabalho dos jovens senadores**  
<http://bit.ly/jovensensadores>

**Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)**



# Jurista aponta desrespeito a contratos na gestão pública

Jacoby Fernandes, em audiência no Senado, sugeriu que Lei de Licitações estabeleça que pagamentos a empresas privadas se façam em ordem cronológica, conforme a conclusão das tarefas contratadas

O ADVOGADO JORGE Ulisses Jacoby Fernandes, especialista em licitações e contratos, afirmou que a administração pública no Brasil frequentemente suspende contratos firmados com empresas privadas, mesmo estando essa competência prevista na Lei das Licitações apenas para o Congresso Nacional.

Segundo Jacoby, a sustação dos contratos se dá de maneira indireta, quando os órgãos públicos deixam de pagar as empresas contratadas.

— Todos os dias, assistimos a vários órgãos tendo o direito de suprimir contratos, deixando de pagar, ordenando para não pagar mais. Todos passaram a ter poder de interferir nos contratos — disse ele, lembrando que a Constituição garante o respeito aos contratos, considerados atos jurídicos perfeitos.

Jacoby falou ontem em uma audiência pública realizada pela Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações. Ele fez várias sugestões para o aprimoramento da lei, ressaltando que o texto,

modificado por 61 medidas provisórias e 19 leis ao longo dos seus 20 anos de existência, contém dispositivos importantes que precisam ser mantidos.

De acordo com o advogado, um ponto importante a ser considerado na reformulação da Lei de Licitações é a atual falta de critérios impessoais no pagamento de empresas pelo poder público. Para ele, tal problema poderia ser solucionado com a definição de uma ordem de pagamentos baseada na ordem cronológica de conclusão das tarefas.

Em resposta à relatora da comissão, senadora Kátia Abreu (PSD-TO), Jacoby se colocou contra o exame pelos

órgãos fiscalizadores de custos unitários em empreitada global. Segundo ele, essa prática, que tem sido adotada frequentemente pelo sistema de controle no Brasil, gera situações em que um projeto de empreitada global elaborado com erros pela administração pública pode causar grandes prejuízos à empresa privada.

Jacoby sugeriu a criação de tabelas de preços referenciais para a orçamentação, a redução do número de modalidades de licitação e a consolidação de todas as leis sobre o tema.

Presidida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a comissão deve apresentar um relatório em dois meses.



O jurista Jorge Ulisses Jacoby e os senadores Vital do Rêgo e Kátia Abreu



Dom Leonardo Steiner fala no Senado, ao lado de Ana Rita e Geniberto Campos

## Ana Rita cita atualidade de encíclica papal dos anos 60

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discutiu ontem a encíclica *Pacem in Terris* (Paz na Terra), publicada em 1963 pelo papa João XXIII. No texto, o pontífice pediu a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade.

A encíclica é um documento do papa dirigido aos bispos e aos fiéis de todo o mundo. A *Pacem in Terris* foi publicada dois anos depois da construção do Muro de Berlim e alguns meses depois da crise dos mísseis em Cuba. João XXIII conclamou os povos a resolver os conflitos com negociações, e não com armas.

Na reunião, dom Leonardo Steiner, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), destacou que, pela *Pacem in*

*Terris*, o ser humano devia ser colocado em primeiro lugar nas decisões governamentais.

— Estamos aqui preocupados com as questões da humanidade, da sociedade, das diversas igrejas e religiões. E todas elas preocupadas em primeiro lugar com os seres humanos. É um texto que remete para os pobres — disse.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a senadora Ana Rita (PT-ES) louvou a atualidade da encíclica.

— Ela nos traz orientações e dicas profundas e ao mesmo tempo tão simples de convivência humana. Às vezes, no dia a dia, nós vamos nos perdendo diante disso. Nas relações pessoais, entre comunidades políticas, sociais e econômicas — disse ela.

O papa João XXIII morreu menos de dois meses após a publicação da encíclica.

## Cícero Lucena defende descentralização de recursos



Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu a atenção do Senado ao clamor popular por melhores serviços públicos, apontando como necessária a discussão de um pacto federativo que harmonize a divisão dos recursos entre União, estados e municípios.

— Sem [recursos], não haverá investimento em saúde pública, em educação, em segurança, em mobilidade urbana, em ações concretas e verdadeiras de combate à seca — avaliou.

Conforme lembrou, a Constituição estabeleceu a descentralização de receita tributária para fortalecer estados e municípios, mas a União tem criado tributos que não são partilhados e os recursos repassados a estados e municípios têm caído ao longo dos anos.

— Um prefeito não pode passar o mandato inteiro mendigando recursos a governos estaduais e, principalmente, ao governo federal, que fica com algo como 60% dos recursos arrecadados no país — disse.

## Dornelles vê mau uso de verbas do Tesouro Nacional



Francisco Dornelles (PP-RJ) demonstrou preocupação com o constante uso de recursos do Tesouro Nacional em empréstimos subsidiados do BNDES e da Caixa.

— A política fiscal não deve se misturar nem contaminar a política de crédito.

O senador citou um estudo da Fundação Getúlio Vargas que mostra que a maior parte dos dividendos recebidos pelo Tesouro vem de empréstimos subsidiados feitos pelo próprio Tesouro para a Caixa e o BNDES. Segundo dados da FGV, ressaltou Dornelles, o desempenho da Caixa e do BNDES tem ficado aquém dos resultados obtidos pelos demais bancos. Entre 2011 e 2013, o patrimônio do BNDES diminuiu 38%. — É visível o descompasso entre as contas dos bancos controlados integralmente pela União e as dos demais bancos. Isso decorre do fato do desvio de suas funções para se tornarem meros agentes financeiros do Tesouro — afirmou.

## Paim lamenta incêndio em mercado de Porto Alegre



Paulo Paim (PT-RS) prestou solidariedade aos gaúchos pelo incêndio que atingiu o Mercado Público de Porto Alegre, no domingo.

O senador disse que o mercado era um dos lugares mais frequentados de Porto Alegre e um “símbolo de liberdade, igualdade e justiça”,

por reunir diversos segmentos da população, que ali se reuniam sem distinção.

Paim informou que o mercado reunia um memorial com acervo de documentos históricos do Rio Grande do Sul. No local, funcionava a Livraria Ilhota, que comercializava obras de artistas locais.

O senador afirmou que, de acordo com informações do comando do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, o mercado nunca contou com um plano adequado de prevenção de incêndio.

— O mercado havia recebido, em novembro de 2007, advertência para apresentar um plano que, infelizmente, ainda está em fase de elaboração.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Especialistas afirmam na Comissão de Serviços de Infraestrutura que modelo atual do Brasil desestimula investimentos no setor

# Regras para licitação de aeroportos dividem debatedores em audiência

PELO REGULAMENTO DE licitações aeroportuárias, o operador deve comprovar experiência com 35 milhões de passageiros por ano em um único aeroporto, ter pelo menos 25% do consórcio, a Infraero deve manter 49% do controle do negócio e cada consórcio só pode ser vencedor em um único aeroporto. Essas regras, consideradas desestimuladoras de investimentos, foram questionadas ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Marcelo Guarany, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), defendeu as exigências legais,

que seguem modelos bem-sucedidos em outros países.

— O governo passou a exigir uma experiência maior com capacidade dos operadores aeroportuários e um aumento do compromisso deles com o consórcio — disse Guarany.

Cleveland Prates Teixeira, sócio-diretor da Pezco Microanalysis, declarou-se preocupado com a restrição à entrada de um operador em mais de um aeroporto. Para ele, cada local tem características distintas, o que impediria, por exemplo, o Aeroporto de Confins de competir com o de Viracopos:

Gilberto Bercovici, professor de Direito Econômico da

Universidade de São Paulo (USP), contestou as limitações “sem fundamento” que restringem a livre concorrência.

— Na verdade, se está realizando um verdadeiro “desincentivo” — lamentou.

Guarany salientou o déficit de infraestrutura mostrando dados que apontam para o crescimento contínuo na utilização do transporte aéreo no Brasil. Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), chamou a atenção para o “efeito multiplicador” na economia com os investimentos aeroportuários, mas cobrou ajustes que reduzam

a tributação e o preço do combustível:

— Temos uma fórmula de precificação do querosene de aviação no país que é a mesma desde os anos 80, quando 80% desse combustível vinha do exterior — protestou.

Sanovicz ainda avaliou que, com quatro grandes empresas aéreas disputando o mercado, o Brasil é altamente competitivo no setor. Para ele, o frequente questionamento quanto à suposta falta de concorrência entre as empresas decorre da própria falta de infraestrutura dos aeroportos, que carecem de espaço para mais competidores.



Texto de Eunício estende benefícios da medida proposta pelo governo

## Socorro a vítimas da seca no Nordeste pode ser analisado hoje

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 610/2013, que prevê socorro a produtores rurais atingidos pela seca, pode votar hoje o parecer do relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

A votação, que seria ontem, foi transferida por pedido de vista do deputado Andre Moura (PSC-SE). Ele defende prazo maior para o pagamento da dívida de todos os pequenos e médios produtores do Nordeste, e não apenas daqueles que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf), como previa o texto.

Segundo o relator, no entanto, já há acordo com o governo para aprovar a MP até 15 de julho e estender os benefícios a todos os produtores rurais do Nordeste.

(Com Agência Câmara)



Gurgacz (C) preside audiência da CI que contou com Gilberto Bercovici (USP), Marcelo Guarany (Anac), Eduardo Sanovicz (Abear) e Cleveland Prates (Pezco)

## Paisagismo poderá fazer parte do plano diretor dos municípios

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar hoje, em decisão terminativa, o projeto de lei que disciplina o plano de paisagismo de espaços urbanos destinados à circulação de pessoas e recreação (PLC 59/2010). O texto será votado na forma do substitutivo de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O projeto altera a lei que trata das diretrizes da política urbana para incluir, no plano diretor dos municípios, regras sobre arborização de áreas não construídas. De acordo com a proposta, o plano de paisagismo dos espaços de lazer e

circulação deve conter inventário com quantidade e tipo de espécies a serem plantadas e as estratégias para conservar as árvores existentes, além de prever o plantio de espécies nativas da região.

O projeto determina que sejam previstos equipamentos e mobiliário urbano a serem implantados e que sejam seguidas normas de acessibilidade na pavimentação, além da criação de programa de educação ambiental. O relator na CMA fez mudanças no texto, tornando obrigatória a utilização de espécies nativas.

A CMA também pode votar o projeto que obriga as

operadoras de celular a manter, nas páginas na internet, informações sobre uso de créditos de planos pré-pagos (PLS 52/2012). A autora do projeto, Lídice da Mata (PSB-BA), afirma que a telefonia móvel no Brasil é um serviço oferecido a mais de 80% da população, incluindo pessoas com dificuldades de acesso e compreensão das informações.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), concorda com a proposta. Ela informa que a modalidade pré-paga é a que predomina entre os usuários de celular e a que lidera as reclamações feitas a órgãos de defesa do consumidor,

demonstrando a necessidade de melhorar os serviços.

Na mesma reunião, será votado o projeto de Paulo Davim (PV-RN) que modifica a legislação sobre comercialização de produtos para crianças na primeira infância (PLS 50/2013). Entre as medidas, está a proibição do andador infantil no país, que não poderá mais ser produzido, importado, distribuído, comercializado ou doado. O relator, Anibal Diniz (PT-AC), votou pela rejeição, argumentando que não há informação de que o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) tenha tomado providência para proibir os andadores.

## Lídice comemora lançamento de plano para o semiárido

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou o lançamento, na semana passada, do Plano Safra Semiárido 2013-2014, que destinará R\$ 7 bilhões em crédito para agricultores da região.

A senadora explicou que o plano para o semiárido vem complementar o Plano Safra da Agricultura Familiar. O objetivo, segundo ela, é aumentar a segurança produtiva e melhorar a estrutura dos produtores rurais durante a estiagem, tornando possível a convivência com a seca e a sobrevivência a ela.

Além da suspensão da execução das dívidas dos produtores até o fim de 2014, o plano prevê desconto de até 85% para a liquidação de operações de crédito contratadas até 2006 com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) ou do Tesouro Nacional.



Lídice: ação contribui para tornar possível a convivência com a seca

## Comissão vota incentivo à participação popular no Orçamento

Entre os 16 itens da pauta que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, está o projeto PLS 171/2005, de Pedro Simon (PMDB-RS), que incentiva a participação popular na elaboração dos orçamentos públicos. O relator na CAE, Cristovam Buarque (PDT-DF), defende o texto substitutivo aprovado em 2010 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir do relatório apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O projeto original cria uma lei própria determinando a

realização de audiências públicas, precedidas de ampla divulgação, e o recebimento de propostas de iniciativa popular.

Suplicy, no substitutivo, optou por alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que



Simon, o autor do projeto: cidadãos ajudando na tomada de decisões

já contempla a realização de audiências públicas, mas não a análise de propostas de iniciativa popular.

O substitutivo acrescenta a exigência da realização de audiências públicas em todas as fases do processo, nos âmbitos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, “como forma de ouvir e acolher as demandas originadas da sociedade civil”.

De acordo com Simon, a iniciativa visa ampliar os mecanismos de participação direta dos cidadãos nos processos decisórios de interesse público para além do plebiscito, do

referendo, da iniciativa popular de projetos de lei e da participação em conselhos comunitários.

O relator na CAE disse não haver dúvida de que o projeto incrementa a participação direta do cidadão na gestão dos interesses públicos. Cristovam cita as experiências pioneiras de Porto Alegre e do Distrito Federal na elaboração do orçamento participativo. O senador lembra que, quando foi governador do Distrito Federal, quase metade das obras realizadas foi escolhida nas audiências públicas.



Plenário do Senado aprova texto original da Casa depois que acordo possibilitou a rejeição do substitutivo feito pela Câmara. Mudança deve garantir investigação criminal mais eficiente

## Papiloscopistas ganham status de peritos oficiais

SEGUE PARA SANÇÃO projeto (PLS 244/2009) que reconhece papiloscopistas como peritos oficiais. O texto aprovado ontem no Plenário do Senado foi o original da Casa, já que o substitutivo da Câmara foi rejeitado pela relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), após acordo durante a votação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Papiloscopistas são profissionais que fazem perícia em processos de identificação de pessoas — vivas ou mortas — a partir de impressões digitais ou de reconstituições faciais. Segundo Lúcia Vânia, o projeto supre lacuna da lei que regulamentou as perícias oficiais deixando a categoria fora da lista de peritos oficiais criminais (Lei 12.030/2009).

A relatora explicou que o projeto aprovado trata a questão de forma mais adequada que o substitutivo da Câmara. Além de disciplinar a questão de modo mais genérico, o texto aprovado pelo Senado respeita a legislação de cada unidade da Federação a que os profissionais estejam vinculados, sem interferir nas organizações administrativas.



Com papiloscopistas nas galerias, senadores votam favoravelmente ao projeto

Os senadores foram unânimes em afirmar que a aprovação do projeto era “uma justiça histórica” à categoria, que, agora mais valorizada, vai ajudar a investigação criminal no país a ser mais eficiente.

Em discurso, Lúcia Vânia disse que o projeto não só repara “uma grave injustiça”, mas também contribui para o aprimoramento do estado democrático de direito, pois promove o fortalecimento dos meios para obtenção de provas lícitas e evita as condenações com base em erros judiciários.

— Trata-se de uma proposição com a finalidade de fortalecer o moderno processo constitucional democrático,

que é um dos fundamentos da cidadania e da democracia — argumentou a senadora.

Lúcia Vânia informou que os papiloscopistas são considerados peritos há mais de um século, pois há registros, como um decreto do ano de 1903, prevendo a classificação. Ela registrou também que há documentos de consultoria apontando o caráter de perícia no trabalho dos papiloscopistas. Lúcia Vânia comemorou o apoio do líder do PT, Wellington Dias (PI).

— Esses profissionais têm dado muito de si para a elucidação de crimes no nosso país e buscam uma situação de justiça — afirmou.

## Davim e Vital apoiam médicos de Estado

A votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 34/2011 foi defendida ontem por Paulo Davim (PV-RN), relator, e Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor da proposição, que cria a carreira de médico de Estado. No dia 26 de junho, a matéria foi retirada da pauta da CCJ e encaminhada ao Plenário.

De acordo com a PEC 34/2011, os médicos de Estado deverão ser organizados em carreiras nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, nos termos da lei orgânica que dispuser sobre a organização e o funcionamento. As atividades, consideradas essenciais ao funcionamento do Estado, serão exercidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Davim e Vital solicitaram ao

presidente do Senado, Renan Calheiros, que a proposta fosse posta em votação hoje. Renan destacou a importância da matéria e avaliou que ela precisa ser votada antes do recesso legislativo (17 de julho), até por conta do lançamento, pelo governo, do Programa Mais Médicos, que amplia a presença dos profissionais em regiões distantes do país.

Renan disse que o médico deve ter a opção de trabalhar no setor público ou no setor



Relator, Davim pediu a Renan que o texto seja votado na sessão de hoje

privado. Para o senador, se o médico optar por trabalhar em um município longínquo, terá que ter garantias de salário e condições de trabalho.

Vital explicou que a PEC oferece condições para que a medicina possa ser transformada em carreira de Estado, com a criação de concursos da especialidade na esfera federal. Ele disse que o texto tem o apoio do Conselho Federal de Medicina e da classe médica.

Davim afirmou que a categoria passa por momentos difíceis e que a proposta vem ao encontro das reivindicações defendidas há muitos anos pelos profissionais. Ele disse que a proposta foi debatida com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que concordou com o teor da matéria.

## Wellington destaca iniciativa para a saúde

Wellington Dias (PT-PI) destacou o lançamento, pelo governo federal, do Programa Mais Médicos, que cria período obrigatório de dois anos de serviço no SUS como parte dos cursos de Medicina em instituições públicas e privadas.

As mudanças valem para os alunos que ingressarem a partir de 2015.

O senador lembrou que o programa também prevê a abertura de 10 mil vagas para atuação exclusiva de médicos nas periferias e no interior.



Segundo Wellington, investimento no programa chega a R\$ 2,8 bilhões

## Requião lê e-mail de ex-ministro em apoio às mudanças eleitorais

Roberto Requião (PMDB-PR) leu, em Plenário, um e-mail que o gabinete dele recebeu do professor Roberto Mangabeira Unger, ex-ministro de Assuntos Estratégicos (2007-2009), com propostas para a reforma política.

Mangabeira, disse o senador, afirma que é um equívoco pensar que a representação partidária elimina a participação popular. Para o professor, a primeira causa da corrupção é o financiamento privado de campanhas, e a segunda causa é a ocupação de cargos comissionados por indicados politicamente.

Mangabeira sugere permitir doações privadas só até cinco salários mínimos. Requião disse que fará projeto com propostas de Mangabeira.

O senador ainda se disse favorável ao fim do foro privilegiado para políticos e outras autoridades (PEC 10/2013), mas ressaltou que a votação agora acabaria com o julgamento do “mensalão tucano” no Supremo Tribunal Federal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Reforma política do Executivo é “questão vencida”, diz Figueiró

Em pronunciamento ontem, Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que a proposta de reforma política sugerida por Dilma Rousseff, a ser iniciada por plebiscito, é uma “questão vencida”, por invadir competência do Legislativo.

Figueiró disse que a proposta de Dilma é “diversionista”, ao desviar a atenção dos problemas vitais que o governo não consegue resolver, e “maquiavélica”, ao tentar passar à sociedade a impressão de que o Legislativo é incompetente para fazer uma reforma política.

Ele lembrou que há dois

anos o Senado elaborou uma proposta de reforma política que “dormita” na Câmara.

Ele avaliou que aquela Casa deve estar atenta ao “fogo da pressão da ruas” e pôr em votação as proposições como forma de aprimorar os parâmetros da legislação em vigor. O parlamentar também defendeu o voto aberto, por representar, a seu ver, a vontade do eleitor, “a quem devemos nos curvar”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Cristovam critica pressa nas votações da pauta prioritária

As votações da pauta prioritária do Senado têm acontecido de forma teatral, segundo Cristovam Buarque. Para ele, as recentes votações no Plenário foram apressadas, “de uma maneira tal que beiram a irresponsabilidade”.

Cristovam disse estar arrependido de ter votado a favor dos royalties do petróleo para educação e saúde (PLC 41/2013). Ele destacou a falta de avaliação sobre a qualidade das reservas e sobre a real possibilidade de exploração.

Outra aprovação criticada foi a do projeto que transforma corrupção em crime

hediondo (PLS 204/2011). Para ele, o texto não deixa claro como será a punição.

Sobre o passe livre estudantil (PLS 248/2013), afirmou ser favorável, mas contrário à proposta de retirar recurso dos royalties para a educação.

Nem o projeto que exige ficha limpa no serviço público (PEC 6/2012) foi bem discutido, disse, já que as definições de ficha suja não teriam sido bem especificadas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Análise da redução do número de suplentes de senador é adiada

Embora houvesse quórum ontem para a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, o número de presentes em Plenário era baixo, o que provocou adiamento. Houve entendimento

para que sejam reunidas as propostas sobre suplência, estabelecendo novas regras para o tema. A PEC 37/2011 reduz de dois para um o número de suplentes de candidato ao Senado.